

RENDA FIXA CNPJ:24.634.187/0001-43, que atende às disposições da nova resolução, com taxa de administração inferior à média de mercado para produtos do mesmo segmento, favorecendo o desempenho do fundo, especialmente em eventual cenário de redução da taxa de juros. Ao final, foi aprovado o relatório analítico de investimentos elaborado em conjunto com a empresa de consultoria, referente ao mês de janeiro de 2026. Ainda com a palavra, o Presidente do Comitê de Investimentos do OLÍMPIA PREV informou sobre a aprovação das contas do exercício financeiro de 2023, vinculadas ao processo nº 2641.989.23-1, ressaltando que houve algumas recomendações por parte da Corte de Contas, as quais foram devidamente justificadas, resultando na aprovação regular com algumas observâncias no sentido de aprimorar a qualidade das informações e alguns critérios de governança. Posteriormente a leitura do relatório de contas, os membros presentes do Comitê de Investimentos aprovaram o relatório objeto da discussão. Não havendo mais assuntos a serem deliberados, os trabalhos foram encerrados. Do que, para constar foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.....

Antônio Catâneo Neto

\_\_\_\_\_

Márcio Francisco de Deus

\_\_\_\_\_

Sandro de Campos Magalhães

\_\_\_\_\_

**ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DOS RECURSOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA – OLÍMPIA PREV, GESTÃO JULHO/2025 – JUNHO/2029, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2026, ÀS NOVE HORAS E 30 MINUTOS.**

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta minutos, na sede do OLIMPIA PREV., sob a Presidência do Senhor **Sandro de Campos Magalhães**, Presidente do Comitê de Investimentos dos

Recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia – OLÍMPIA PREV, com a presença dos membros efetivos **Márcio Francisco de Deus** e **Antônio Catâneo Neto**, realizou-se a nona reunião ordinária do Comitê de Investimentos, da administração 2025/2029. Ao iniciar, o Diretor Financeiro e presidente do Comitê de Investimentos da unidade gestora do RPPS informou aos presentes que os assuntos seriam vinculados às análises financeiras relativas ao mês de fevereiro de 2026, e começou a discussão com a leitura do cenário macroeconômico do referido mês. Nesse contexto, ressaltou que a inflação no fechamento do período foi de 0,70% (setenta centésimos por cento), com comportamento anualizado de 3,81% (três inteiros e oitenta e um centésimos por cento). Apesar da surpresa quanto à elevação mensal, os dados anuais apresentam certo alívio em relação ao limite do teto da meta, fixado em 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento). Destacou que um dos elementos que contribuem para a desconfiança quanto ao controle do índice inflacionário foi a geração de empregos formais no mês de janeiro, cujo saldo foi positivo em 18 (dezoito) das 27 (vinte e sete) unidades da federação, conforme dados do CAGED divulgados na terça-feira, dia 03 de março, pelo Ministério do Trabalho. O Presidente do Comitê demonstrou, por meio de gráfico divulgado pelo órgão, que todas as regiões do país apresentaram saldo positivo na geração de empregos, com destaque para a região Sul, que registrou 55.727 (cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e sete) novas vagas. Em relação à taxa SELIC, mesmo diante do elevado nível de incertezas no cenário macroeconômico, especialmente em razão do acirramento das questões geopolíticas, verificou-se o primeiro movimento de redução da taxa básica de juros. Na reunião do dia 18 de março de 2026, foi proposto e aprovado pelo Banco Central um corte de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), fixando a taxa em 14,75% (quatorze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano. Apurou-se que a expectativa do mercado era de um corte de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sendo a decisão influenciada pela tensão no Estreito de Ormuz, que atingiu nível crítico diante de possíveis bloqueios impostos pelo Irã, região que concentra cerca de 22% (vinte e dois inteiros por cento) da produção petrolífera mundial. Dessa forma, o mercado passou a considerar o risco de elevação do preço do petróleo e

seus impactos sobre a cadeia produtiva. Nesse contexto, os membros presentes ressaltaram a permanência de cautela quanto à alocação de recursos em horizontes superiores a 5 (cinco) anos, bem como na ampliação da exposição a ativos de renda variável. Na continuidade das análises, constatou-se que, mesmo com o início do movimento de queda da taxa de juros, o Brasil ainda se configura como um dos países com maior taxa de juros real do mundo, em torno de 9,51% (nove inteiros e cinquenta e um centésimos por cento). Outro ponto analisado foi o histórico do ciclo de elevação da taxa de juros em alguns países, com destaque para os Estados Unidos e o bloco Europeu, que iniciaram esse movimento de forma mais tardia em comparação ao Brasil. Na economia doméstica o movimento iniciou entre janeiro e abril de 2021, com manutenção entre julho de 2023 e outubro de 2023, seguido de leve redução até outubro de 2024, e posterior elevação até julho de 2025, mantendo a taxa em 15% até janeiro de 2026. Ainda em relação à inflação, o Comitê apurou que o início da redução da taxa SELIC ocorreu de forma cautelosa, indicando que o Banco Central não garantiu a continuidade do ritmo de cortes nas próximas reuniões, destacando que tal decisão dependerá do cenário externo, além de fatores relacionados ao risco fiscal. Na continuidade dos trabalhos, foi apurado que, nos últimos 30 (trinta) dias, o dólar apresentou queda de 0,04% (quatro centésimos por cento), sendo cotado a R\$ 5,23 (cinco reais e vinte e três centavos). A bolsa brasileira, por sua vez, apresentou queda aproximada de 4% (quatro inteiros por cento), situando o principal índice no patamar de 181 mil pontos. Foi realizado, ainda, comparativo das projeções do IPCA, conforme divulgado pelo Boletim Focus em 23 de março de 2026, indicando elevação de 3,91% (três inteiros e noventa e um centésimos por cento) para 4,17% (quatro inteiros e dezessete centésimos por cento). O PIB apresentou melhora, atingindo 1,84% (um inteiro e oitenta e quatro centésimos por cento). Em relação ao câmbio, o mercado projeta encerramento do exercício em R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos). Destacou-se também a revisão da taxa SELIC projetada, que passou de 12,13% (doze inteiros e treze centésimos por cento) para 12,50% (doze inteiros e cinquenta centésimos por cento). Na sequência, foi distribuída aos membros presentes a planilha de investimentos com os saldos atualizados dos ativos financeiros do OLÍMPIA PREV,

onde foi apurado um patrimônio aplicado de R\$ 249.296.022,87 (duzentos e quarenta e nove milhões, duzentos e noventa e seis mil, vinte e dois reais e oitenta e sete centavos) com evolução patrimonial de R\$ 1.635.184,77 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) na data de referência representando uma evolução positiva de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento). Ainda na condução dos trabalhos, o presidente do Comitê apresentou o relatório analítico de investimentos, elaborado em conjunto com a empresa Crédito & Mercado, ocasião em que os membros apuraram patrimônio aplicado no montante de R\$ R\$ 247.660.838,10 (duzentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e oito reais e dez centavos). Em relação aos enquadramentos, esclareceu-se que, em virtude da aplicação da Resolução CMN nº 5.272, 18/12/2025, houve desenquadramento passivo de alguns fundos, sendo que os ajustes serão realizados de forma gradativa, conforme previsto em regulamento, que permite a adequação no prazo de até dois anos. No mês de fevereiro, a unidade gestora do RPPS apresentou retorno positivo de R\$ 2.459.361,92 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e dois centavos), correspondente a acréscimo de 1% (um inteiro por cento) ao patrimônio. Dessa forma, no segundo mês do exercício de 2026, o RPPS encontra-se acima da meta estabelecida, com retorno acumulado de R\$ 5.345.725,68 (cinco milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos). Na análise de rentabilidade dos fundos, o destaque negativo foi para o fundo BB BOLSA AMERICANA RESP LIMITADA FIF AÇÕES - CNPJ 36.178.569/0001-99, com variação negativa de -0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento negativos) com redução patrimonial de R\$ 14.928,88 (quatorze mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos). Por outro lado, o fundo BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO - CNPJ 07.861.554/0001-22 apresentou o melhor desempenho, com retorno de 1,77% (um inteiro e setenta e sete centésimos por cento, com aumento de R\$ 97.498,63 (noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos). Foi colocada em discussão o credenciamento para regulamentação da exposição em fundos de aplicação e resgate automático. Nesse contexto, foi apresentado o

fundo BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO CNPJ 63.197.387/0001-38. O Presidente destacou que a exposição nesse fundo, visa à adequação à nova regulamentação, sem alteração da estratégia de investimentos e atende as expectativas de rentabilidade e está alinhada com o dimensionamento tático da Política de investimento. A proposta foi aprovada pelos membros presentes, sendo encaminhada para apreciação e aprovação pelos demais órgãos colegiados. Na sequência, foram referendados os principais movimentos de investimentos do mês de fevereiro com apresentação das APR's, bem como aprovado o relatório analítico de investimentos do período. Na continuidade dos trabalhos, foi apresentado o Relatório de Avaliação Atuarial do exercício de 2026, com data-base em 31/12/2025, elaborado pela Brasilis Consultoria Atuarial. Na oportunidade, tomou a palavra através de apresentação por vídeo, o atuário Thiago Fernandes que apresentou o estudo atuarial, contemplando a metodologia adotada, baseada no regime de capitalização para benefícios programados e repartição de capitais de cobertura para os não programáveis, utilizando o método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Foram detalhadas as premissas atuariais utilizadas, incluindo taxa de juros real, crescimento salarial, tábuas biométricas e demais hipóteses, destacando sua aderência à Portaria MTP nº 1.467/2022 e à legislação vigente. Na sequência, procedeu-se à análise do perfil da massa segurada, abrangendo servidores ativos, aposentados e pensionistas, bem como da relação entre ativos e assistidos e seus impactos no sistema previdenciário. O atuário evidenciou a existência de déficit técnico atuarial, devidamente equacionado por meio de plano de amortização vigente, considerado suficiente para cobertura das provisões no horizonte projetado. Também foram analisados o plano de custeio, as alíquotas de contribuição e a evolução das receitas e despesas previdenciárias. Após ampla discussão e sanadas as dúvidas, o Conselho deliberou, por unanimidade, pela aprovação do cálculo atuarial apresentado, reconhecendo sua consistência técnica, conformidade normativa e adequação à política previdenciária do OLÍMPIA PREV. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.....

Antônio Catâneo Neto

---

Márcio Francisco de Deus

---

Sandro de Campos Magalhães

---